

Considerações sobre os conceitos de (des)igualdade e (des)proporção no pensamento político de Maquiavel

Victor Fiori Augusto¹

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de considerar alguns aspectos dos conceitos de igualdade, desigualdade, proporção e desproporção no pensamento político de Nicolau Maquiavel. Buscarei mostrar como igualdade e desigualdade se relacionam com a corrupção ou conservação das formas republicana e principesca de governo e são determinadas pela presença ou ausência da figura do gentil-homem no interior do corpo político. Procurarei, também, evidenciar como as noções de proporção e desproporção de poder presentes no texto maquiaveliano permitem depreender que a proporção de poder constitui condição necessária para a manutenção dos principados e da desigualdade que lhes é inerente, mas não é o modo mais eficaz de se evitar a corrupção de uma república, ao passo que a adequada proporção de poder na estrutura governamental, útil para a conservação de uma república, é arruinada pela existência da desigualdade socioeconômica. Feito isso, observarei como Maquiavel entende a difícil possibilidade de se criar igualdade ou desigualdade no interior de um corpo político, tema este que, a título de conclusão, relacionarei à atual situação do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Maquiavel; Igualdade e desigualdade; Proporção e desproporção; Brasil.

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre e graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3241921427381212>. E-mail: vicfiori@gmail.com.

Considerations on the concepts of (in)equality and (dis)proportion in Machiavelli's political thought

ABSTRACT

This article intends to consider some aspects of the concepts of equality, inequality, proportion and disproportion in the political thought of Niccolò Machiavelli. I will seek to show how equality and inequality relate to corruption or preservation of republican and princely forms of government and are determined by the presence or absence of gentlemen (*gentiluomini*) within the political body. I will also try to evince how the notions of proportion and disproportion of power presented in Machiavelli's text allows us to deduce that the proportion of power constitutes a necessary condition for maintaining principalities and the inequality inherent to them, but it is not the most effective way to avoid the corruption of a republic, whereas the adequate proportion of power in the governmental structure, useful for the maintenance of a republic, is ruined by the existence of socio-economic inequality. After doing that, I will observe how Machiavelli understands the difficult possibility of creating equality or inequality within a political body, theme that, by way of conclusion, I will relate to the current situation in Brazil.

KEYWORDS

Machiavelli; Equality and inequality; Proportion and disproportion; Brazil.

Recebido: 29/08/2022

Aceito: 19/11/2022

Publicado: 31/05/2023

Considerações preliminares

No pensamento político de Maquiavel, as noções de igualdade e desigualdade aparecem relacionadas às condições de possibilidade de fundação dos corpos políticos, bem como à corrupção ou à preservação desses corpos. Para Maquiavel, os corpos políticos, como todos os corpos naturais, têm existência finita e estão sujeitos à degradação e à morte,² pois “a grande verdade é que todas as coisas do mundo têm seu tempo de vida” (MAQUIAVEL, 2007, p. 305 [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, doravante *Discursos*, livro III, capítulo 1]). Isso não implica, porém, uma postura quietista e fatalista por parte do autor florentino. Ao contrário, Maquiavel entende que, ainda que a conservação desses corpos não dependa tão somente da ação humana, esta não é de modo algum vã e sem importância, pois pode contribuir de modo decisivo para que os corpos políticos tenham uma vida mais sã e longa (cf. SILVA, 2020, p. 15).

É oportuno lembrar aqui do que Maquiavel afirma no capítulo XXV d’*O príncipe* (1996, p. 119):

Não ignoro que muitos foram e são de opinião de que as coisas desse mundo são governadas pela fortuna e por Deus, e que os homens prudentes não se lhes podem opor [*che gli uomini con la prudenza loro non possano correggerle*], e até não têm remédio algum contra elas. Por isso, poder-se-ia julgar que não devemos incomodarnos demais com as coisas, mas deixar-nos governar pela sorte. Esta opinião tem-se reforçado em nossos dias devido às grandes variações que foram e são vistas todos os dias, além de qualquer conjetura humana. Pensando nisto, às vezes me sinto um tanto inclinado a esta opinião: entretanto, já que o nosso livre-arbítrio não desapareceu, julgo possível ser verdade que a fortuna seja árbitro de metade de nossas ações, mas que também deixe ao nosso governo a outra metade, ou quase.

Maquiavel (1996, p. 119-120) entende que a fortuna pode ser danosa aos corpos políticos e que ela “demonstra a sua força [*potenzia*] onde não encontra uma *virtù* ordenada, pronta para lhe resistir”. Uma vez que a ação humana é capaz de fazer frente de algum modo às variações da fortuna, é preciso saber como agir politicamente (com *virtù*) de maneira a contribuir para a conservação da saúde da cidade, sendo assim importante conhecer as causas da corrupção dos corpos políticos e os remédios que lhes podem ser úteis e, para isso, o recurso à história desempenha papel central na reflexão política maquiaveliana.³

² Sobre esse ponto, ver verbete “Corpo” (MAQUIAVEL, 2007, p. 458-459) e Silva (2020, p. 14).

³ Cf. *Discursos*, I, proêmio (MAQUIAVEL, 2007, p. 5-7). Como observa Patrícia Aranovich (2007, p. 28), “Maquiavel desqualifica [...] o que poderíamos chamar de pensamento abstrato da política ou, ainda, de ideal, assimilando-o a imaginação ou fantasia. O que guia esta perspectiva é a ideia de que, em Maquiavel, política e história não podem ser separadas, porque se o forem, serão insuficientes para a compreensão da realidade. Ou seja,

É importante notar que as ideias de igualdade e desigualdade não podem ser associadas de maneira direta às noções de corrupção ou conservação de um corpo político, como se, de um lado, igualdade e conservação e, de outro, desigualdade e corrupção estivessem sempre numa relação de causa e efeito. O modo como Maquiavel associa esses conceitos exige a compreensão de como diferentes formas políticas – república e principado – se relacionam com a questão da igualdade e da desigualdade no interior da cidade. Como observa Ricardo Silva (2020, p. 2-3), a desigualdade é “a condição natural dos principados”, donde não haver motivos para “supor qualquer relação entre desigualdade e corrupção nessa forma de governo”, ao passo que a igualdade seria “a base para a fundação e a manutenção das repúblicas”.

Conforme lemos em *Discursos*, I, 17, a “corrupção e pouca aptidão à vida livre provém de uma desigualdade existente na cidade” (MAQUIAVEL, 2007, p. 71). Se entendermos, como Silva (2020, p. 3), que a desigualdade não é um problema para os principados, mas uma pré-condição deles, e que a “vida livre” em questão diz respeito mais propriamente às repúblicas, podemos afirmar que Maquiavel entende a desigualdade como uma causa de corrupção da forma republicana de governo, não da principesca. Sobre esse ponto, é útil nos lembrarmos de um trecho do título de *Discursos*, I, 55, onde lemos que “onde existe igualdade, não se pode criar um principado; e onde ela não existe, não se pode criar uma república” (MAQUIAVEL, 2007, p. 158).

A partir desse trecho, podemos afirmar que é impossível a criação de um principado onde há igualdade, ao passo que a criação de uma república será impossível onde houver desigualdade. Contudo, em relação à ordenação de um principado, essa tese é ao menos matizada por Maquiavel em seu *Discurso sobre as formas de governo de Florença* (2010, p. 66), onde lemos que “em todas as cidades nas quais é grande a igualdade entre os cidadãos, não se pode ordenar um principado *senão com a máxima dificuldade*” (grifos nossos). Quanto à criação de uma república, a sequência desse texto maquiaveliano mantém a mesma ideia a que nos referimos acima, pois Maquiavel afirma que “naquelas cidades nas quais é grande a desigualdade entre cidadãos, não se pode ordenar uma república”.

Porém, a questão não é tão simples. Maquiavel parecia simplesmente colocar a igualdade como algo necessário para a criação e para a manutenção de uma república, enquanto a desigualdade seria posta como condição dos principados, mas, como vimos, nosso autor aponta também que é possível se ordenar um principado onde houver igualdade, ainda que isso

a história é a única realidade e qualquer pensamento político deve ser nela fundado, sob pena de se tornar fantasmagórico”.

se faça “com a máxima dificuldade”. cremos que a análise de *Discursos*, I, 55, nos ajuda a compreender essa possibilidade colocada por Maquiavel e os percalços que ela envolve. Além disso, tal análise permite perceber que mesmo a criação de uma república se faz possível numa cidade onde há desigualdade, embora com a mesma dificuldade referida pelo autor. No capítulo em questão, encontramos a ideia de que se pode criar igualdade ou desigualdade em um corpo político, tornando-o assim mais adequado à constituição de uma república ou de um principado. Antes de aprofundarmos esse ponto, é necessário fazer alguns comentários sobre o que significa falar de igualdade ou de desigualdade no interior de um corpo político.

Igualdade e desigualdade em Maquiavel e a figura dos gentis-homens

Gabriel Pancera, em uma nota explicativa à sua tradução do *Discurso sobre as formas de governo de Florença* (MAQUIAVEL, 2010, p. 95), observa que “a referência para se aferir a igualdade ou a desigualdade é a ordem legal”, mas não é possível depreender de seu comentário se essa referência é válida apenas para o texto em questão ou se ela também se aplica a outras obras de Maquiavel. John Pocock (2008, p. 295) afirma que Maquiavel não explica de maneira formal em que consiste a desigualdade (ou a igualdade) em um corpo político, sendo necessário coletar evidências sobre o pensamento do autor a respeito do assunto. Em suas análises, Pocock (2008, p. 296) nota que a “desigualdade” (*inequalità*) em Maquiavel é um termo “que não conota nem desigualdade de riqueza nem desigualdade de autoridade política”, donde ele conclui que “não há razão para supor que Maquiavel objetava a ambas”.

Crítico à concepção de Pocock, Ricardo Silva (2020, p. 26) entende que a desigualdade é para Maquiavel um fenômeno complexo, mas enfatiza a importância de observarmos seu aspecto socioeconômico e como ele constitui fator considerável para a corrupção das repúblicas.

De acordo com Silva (2020, p. 26), Maquiavel entende que

a corrupção decorre de uma desigualdade que, embora multidimensional, não pode prescindir da dimensão socioeconômica para sua adequada conceituação. (...) o crescimento desmesurado da riqueza privada e, conseqüentemente, da desigualdade socioeconômica são fatores causais dos fenômenos relativos à corrupção das repúblicas.

Em *Discurso*, I, 55 (2007, p. 161) uma das razões que Maquiavel aponta para a manutenção da “vida política e incorrupta” em “muitas repúblicas” da Alemanha de seu tempo é a igualdade. Tais repúblicas (MAQUIAVEL, 2007, p. 161)

[...] não suportam que nenhum de seus cidadãos se apresente nem viva como gentil-homem; aliás, mantêm a igualdade entre seus cidadãos, sendo grandes inimigos dos senhores e gentis-homens que existem naquela província; e, se por acaso lhes caem nas mãos alguns que sejam motivo de corrupção e razão de escândalo, eles os matam.

A figura dos “gentis-homens” – que pode a partir do trecho acima ser relacionada com a existência de desigualdade – é aprofundada por Maquiavel na sequência de seu texto (2007, p. 161), onde ele explica que gentis-homens são “os que vivem ociosos das rendas de suas grandes posses, sem cuidado algum com o cultivo ou com qualquer outro trabalho necessário à subsistência”. Para Maquiavel, os gentis-homens “são perniciosos em todas as repúblicas e em todas as províncias”, sendo ainda mais perigosos aqueles que “além de terem as fortunas de que falamos, comandam em castelos e têm súditos que lhes obedecem”. Ricos em posses e rendas, ociosos, armados e tendo sob seu comando outros seres humanos, os gentis-homens são causa de desigualdade territorial, econômica, social, militar e política no interior de uma cidade. Em suma, são causa da desigualdade de poder no corpo político.

Essa ideia é reforçada quando Maquiavel, no mesmo capítulo (2007, p. 162), nos fala sobre como se pode criar igualdade no interior de um corpo político marcado pela desigualdade: “quem quiser criar uma república onde houver muitos gentis-homens não poderá fazê-lo sem antes os eliminar todos”. Além disso, a figura dos gentis-homens aparece também quando Maquiavel nos explica como se pode criar desigualdade onde ela não existe, tornando assim o corpo político mais apto a receber a forma principesca.

[...] todo aquele que quiser criar um reino ou um principado onde houver bastante igualdade só poderá fazê-lo extraindo dessa igualdade muitos que tenham ânimo ambicioso e inquieto, tornando-os gentis-homens de fato, e não de nome, dando-lhes castelos e possessões, além de favores em bens e homens, para que, postos no meio desses homens, por meio deles mantenham seu poder, e tais homens, por meio dele, mantenham sua ambição; e que os outros sejam obrigados a suportar o jugo que só a força, e nada mais, pode fazê-los suportar. E, havendo, desse modo, proporção entre quem força e quem é forçado, devem os homens ficar tranquilos em suas respectivas ordenações. (MAQUIAVEL, 2007, p. 162).

Assim como a ausência de gentis-homens é necessária para a igualdade, sua presença é causa de desigualdade. Onde eles estiverem presentes, a república estará fadada à corrupção, ao passo que o principado depende da desigualdade de poder que eles representam para a cidade. É interessante observar que, ao traçar o papel que os gentis-homens desempenham em um regime principesco, Maquiavel evidencia o aspecto de servidão que esse regime implica àqueles que não participam do poder exercido pelo príncipe, pelos gentis-homens e por aqueles que estão sob seu comando, já que os que estão excluídos dessa rede de poder são “obrigados a suportar o jugo que só a força, e nada mais, pode fazê-los suportar”. Ao apontar (conforme

notamos acima) que os gentis-homens são perniciosos não apenas “em todas as repúblicas”, mas também “em todas as províncias”, Maquiavel pode estar se referindo justamente à servidão que eles introduzem e ajudam a conservar no corpo político, sendo como que parasitas que corroem a igualdade e a vida livre das repúblicas, seres que com seu “ânimo ambicioso e inquieto” se alimentam da desigualdade existente na cidade e ajudam a perpetuá-la.

Proporção e desproporção de poder

A questão da proporção do poder aparece em *Discursos*, I, 55 de maneira importante (“proporção entre quem força e quem é forçado”), pois é ela que garante a manutenção do regime político principesco e da desigualdade que lhe é constitutiva. A noção de proporção é retomada por Maquiavel na conclusão do capítulo (2007, p. 163), num trecho que reforça a ideia de que é possível criar igualdade no interior de um corpo político:

Que se constitua, portanto, uma república onde existe ou se criou uma grande igualdade, e, ao contrário, que se ordene um principado onde haja grande desigualdade, caso contrário se criará algo sem equilíbrio [*sanza proporzione*] e pouco durável.

O conceito de proporção se faz notar ainda na análise maquiaveliana das repúblicas em *Discursos*, I, 6. Ali, ao discorrer sobre as causas da união e da ausência de tumultos na república de Veneza, Maquiavel (2007, p. 28) observa que isso se deve à adequada proporção entre governantes e governados, isto é, entre “gentis-homens” e “populares”, e nosso autor não deixa de observar (*Discursos*, I, 55) que os gentis-homens de Veneza

o são mais de nome que de fato, pois não recebem grandes rendas de suas possessões, sendo suas riquezas baseadas na mercancia e em coisas móveis; ademais, nenhum deles tem castelos nem jurisdição alguma sobre homens, e o nome de gentil-homem que ostentam é título de dignidade e reputação, sem se fundar em nenhuma das coisas que nas outras cidades fazem que alguns sejam chamados gentis-homens. (MAQUIAVEL, 2007, p. 163).

Também o exemplo da antiga república de Esparta evidencia a importância da noção de proporção de poder no pensamento político de Maquiavel (2007, p. 29), pois a união e a ausência de tumultos daquela república, que excluía a plebe dos cargos do governo, tiveram como uma de suas causas o fato de “serem poucos os habitantes de Esparta, e assim poderem ser governados por poucos”, além de que, proibindo o acesso de estrangeiros à sua república,

Esparta não teve ocasião para crescer a ponto de se tornar “insuportável aos poucos que a governavam”. Além disso, cabe notar que a proporção de poder em Esparta se devia também à ausência de temor e de desejo de poder por parte de sua plebe, a qual, sendo “protegida de injúrias” pelos reis, não tinha por que envolver-se em disputas com a nobreza, para não ser oprimida.

Se Esparta e Veneza puderam manter-se unidas e sem tumultos por nelas haver uma adequada proporção de poder, isso contudo as tornava mais propensas à corrupção e às variações da fortuna, pois, para se conservarem e manterem seu governo, não podiam empregar a plebe na guerra (Veneza) nem permitir a entrada de estrangeiros (Esparta), limitando assim sua capacidade de se ampliarem. E, como observa Maquiavel (2007, p. 32), “todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo”. Por isso, se a necessidade obrigasse uma república unida e sem tumultos a ampliar-se, ela caminharia para sua ruína. Vemos, assim, que a mera proporção entre governantes e governados não é a maneira mais eficaz de se evitar a corrupção de uma república, e Maquiavel reforça isso por meio do exemplo da república romana.

Maquiavel (2007, p. 21) entende que “a desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa [*libera e potente*] a república romana”, pois essa desunião deu origem a tumultos, por meio dos quais a plebe fez com que seu desejo fosse incorporado pelas instituições da república. Sobre tal desunião, cabe lembrar aqui a observação de Maquiavel (2007, p. 22) sobre a existência de dois humores em todas as cidades, a saber, o do povo (no caso romano, o da plebe) e o dos grandes (em Roma, o do senado ou da aristocracia patrícia). O humor popular se define pela vontade que o povo tem de não ser oprimido nem comandado pelos grandes, ao passo que o humor dos grandes se define pelo desejo destes de oprimir e comandar o povo (cf. *O príncipe*, IX [MAQUIAVEL, 1996, p. 43]). Com a criação dos tribunos da plebe, a república romana concedeu “a parte que cabia ao povo na administração” da cidade, parte esta que faltava a Roma para que ela se tornasse uma república mista, forma de vida política que Maquiavel considerava, na esteira da tradição republicana – Platão,⁴ Aristóteles, Políbio, Cícero e humanismo cívico florentino –, a mais apta a evitar a corrupção e conservar-se na existência (cf. *Discursos*, I, 2 [MAQUIAVEL, 2007, p. 17-19]; BIGNOTTO, 2003, p. 51-54).

⁴ Embora a obra política mais conhecida de Platão, *Politeia*, receba comumente o título de *A república*, algumas ideias nela contidas – como a defesa do governo dos reis-filósofos – parecem pouco se coadunar com as que a dita tradição republicana de pensamento desenvolveu. Se incluímos aqui o nome de Platão, o fazemos tendo em mente sobretudo a obra platônica *As leis*, onde se fazem presentes noções importantes para o republicanismo, como a defesa de um governo das leis e de uma constituição mista.

Se, conforme observamos acima, a existência de proporção entre governantes e governados não é por si capaz de assegurar a conservação de uma república da melhor maneira, podemos perceber também que a adequada proporção de poder *no* governo, com a incorporação nele do elemento popular, pode ser útil no sentido de tornar a cidade mais livre, mais potente e mais capaz de fazer frente à corrupção. Porém, mesmo a participação popular nas instituições governamentais ou a institucionalização dos conflitos entre os grandes e o povo não basta para garantir a saúde de uma república, pois Maquiavel vê a desigualdade socioeconômica como um fator que leva à degeneração dos conflitos, fazendo com que deixem de ser salutares e conducentes ao bem comum e passem a ser facciosos e corruptores da liberdade. Conforme aponta Ricardo Silva (2020, p. 26):

Confrontado com a tarefa de explicar as causas da corrupção da república romana, Maquiavel dirigiu sua atenção aos conflitos desencadeados pelas reformas redistributivistas dos irmãos Graco. Quando o objeto das demandas da plebe se desloca da esfera do reconhecimento para a esfera da redistribuição, os conflitos entre os grandes e a plebe deixam de trazer os costumeiros benefícios e passam a gerar facciosismo, violência e desordem. Em Roma, o fato social subjacente à degeneração dos conflitos foi a extrema concentração de terras nas mãos de um patriciado obstinado na defesa de seus interesses materiais.

Dada a obstinação dos patrícios na manutenção de suas posses, a igualdade socioeconômica não pôde ser alcançada em Roma por meios ordinários ou pela via institucional, que se tornou incapaz de remediar a situação. Nesse sentido, a desigualdade socioeconômica levou o corpo político romano a uma desproporção de poder, pois tanto o povo quanto os grandes, recorrendo a meios privados, trataram de constituir um chefe que os defendesse contra seus inimigos. Após muito derramamento de sangue e guerras civis, chegou-se à vitória de César (cabeça do partido popular) contra Pompeu (cabeça dos nobres) e, assim, à tirania e ao fim da vida livre (cf. *Discursos*, I, 37 [MAQUIAVEL, 2007, p. 112-116]).

Além disso, Maquiavel observa que a desigualdade socioeconômica traz consigo a desproporção de poder porque os muito ricos, por meio de sua riqueza, conseguem conquistar reputação, cativar uma clientela, angariar partidários e impor seus interesses facciosos no governo. Isso pode ser visto sobretudo nas análises maquiavelianas sobre a cidade de Florença (SILVA, 2020, p. 26), onde se evidencia que “o facciosismo e a corrupção foram impulsionados pela imensa riqueza acumulada por famílias dedicadas ao comércio e às finanças”, sendo exemplar o caso da família Medici, que, “por meio de práticas de benemerência e patronagem, [...] mobilizava sua imensa riqueza fungível para conquistar partidários e fazer prevalecer suas facções no governo da república”.

A dificuldade de se criar igualdade ou desigualdade num corpo político

Retornemos agora à questão a que nos referimos anteriormente, mas que ainda não aprofundamos. Em que consiste a “máxima dificuldade” que Maquiavel relaciona à criação de um principado onde houver igualdade, e que também relacionamos aqui à criação de uma república onde houver desigualdade? Eis o que Maquiavel nos diz em *Discursos*, I, 55 (2007, p. 162):

[...] como para transformar em república uma província mais apta a ser reino, e em reino uma que seja mais apta a ser república, é preciso um homem raro em engenho [*cervello*] e autoridade, muitos foram os que o quiseram fazer e poucos os que o souberam. Porque a grandeza da coisa em parte amedronta os homens e em parte os embaraça [*parte sbigottisce gli uomini, parte in modo gl'impedisce*], de tal modo que já de início eles falham.

Para explicar esse ponto, podemos recorrer aos *Discursos*, I, 17, onde Maquiavel (2007, p. 71-72), depois de afirmar que a desigualdade é causa de corrupção e pouca aptidão à vida livre nas cidades (conforme citamos anteriormente), nos diz que quem quiser dar igualdade a uma cidade “precisará lançar mão de meios extremos [*grandissimi straordinari*], o que poucos sabem ou querem fazer; acerca disso falaremos com mais particulares em outro lugar”. Ora, essa discussão é retomada justamente em *Discursos*, I, 55, donde poderemos afirmar que os tais “meios extremos” aos quais Maquiavel se refere em relação à criação da igualdade dizem respeito à eliminação de todos os gentis-homens, feito que certamente é capaz de assustar e causar embaraço.

Nesse sentido, em *Discursos*, I, 16 (MAQUIAVEL, 2007, p. 65), o estado ao se tornar livre angaria partidários inimigos, que são “todos os que se prevalecem do estado tirânico, cevando-se das riquezas do príncipe”, os quais, “desaparecendo a possibilidade do tirarem proveito, não podem viver contentes e são forçados a tentar resgatar a tirania, para recuperarem a autoridade”. A aproximação desses partidários inimigos da liberdade com os gentis-homens nos parece pertinente, porquanto, em *Discursos*, I, 55, Maquiavel nos diz que a manutenção do principado e de sua desigualdade depende de que o príncipe dê “castelos e possessões, além de favores em bens e homens” aos gentis-homens, o que guarda semelhança com a ideia aqui apresentada de que os partidários inimigos da liberdade se nutrem “das riquezas do príncipe”.

Para fazer frente a esses partidários inimigos da vida livre que se instituiu, Maquiavel (2007, p. 66) se refere a um remédio nada suave e que nos parece guardar relação com os meios

extremos de se criar a igualdade em uma cidade, aos quais nos referimos acima: “não existe remédio mais poderoso, mais válido, mais seguro e mais necessário que matar os filhos de Bruto”, isto é, aqueles que se aproveitam da servidão alheia em benefício próprio.⁵

Em relação aos principados, a máxima dificuldade de criá-los onde houver igualdade pode ser relacionada à ideia de que a criação de desigualdade na cidade envolve a existência de gentis-homens que, comandando outros homens, governam o restante do povo com base na força, fazendo-o suportar uma servidão que não aceitaria de outro modo. Isso parece impor obstáculos a que o príncipe angarie a amizade do povo e, conforme lemos no capítulo IX d’*O príncipe* (1996, p. 45), “é necessário ao príncipe ter o povo como amigo; caso contrário, não terá remédio na adversidade”. Além disso, Maquiavel (1996, p. 22) entende que uma cidade habituada à vida livre, se não for destruída, destruirá aquele que se tornar senhor dela, pois “ela sempre invocará, na rebelião, o nome de sua liberdade e de sua antiga ordem, as quais nem o passar do tempo nem os benefícios jamais farão esquecer”. Nas repúblicas acostumadas à liberdade, “há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança”, e “a recordação da antiga liberdade não as deixa, não as pode deixar em paz”, donde ser tão difícil introduzir nelas a desigualdade e a servidão que esta traz consigo.

À guisa de conclusão: desigualdade no Brasil atual e o remédio maquiaveliano

A título de conclusão, cremos ser oportuno relacionar brevemente algumas das reflexões políticas que fizemos aqui sobre o pensamento de Maquiavel com a atual situação do Brasil e com a possibilidade de haver nele uma república livre.

O Brasil é, social e economicamente, um dos países mais desiguais do mundo, e esse cenário se agravou ainda mais com a pandemia do novo coronavírus, que aqui encontrou e tem encontrado livre terreno para se disseminar. No ano de 2021, por exemplo, enquanto a fome e a insegurança alimentar aumentavam brutalmente (chegando a níveis ainda mais brutais em 2022) e a desigualdade de renda atingia níveis nunca antes vistos, o lucro dos bancos batia

⁵ Conforme se nota na tradução brasileira dos *Discursos*, “filhos de Bruto” faz referência aos filhos de “Lúcio Júnio Bruto, fundador da república romana”, os quais foram mortos pelo próprio pai por terem conspirado a favor do rei Tarquínio. Ver Maquiavel (2007, p. 66, nota 82).

recorde.⁶ A sociedade brasileira é também marcada historicamente pelas desigualdades de raça e de gênero, que se cruzam entre si e com a desigualdade de classe.⁷

Se, conforme aponta Maquiavel, a igualdade é essencial às repúblicas, e se, como observa Ricardo Silva, a igualdade em Maquiavel é um conceito que envolve de maneira importante a dimensão socioeconômica de um corpo político, cabe refletir sobre a possibilidade de se criar no Brasil uma efetiva igualdade econômica e social, a fim de que ele assuma uma forma de fato (e não apenas de direito) republicana e esteja apto a conservá-la. É verdade que Maquiavel entende que a criação de igualdade onde a desigualdade impera requer o recurso a meios extremos, como a eliminação dos responsáveis pela desigualdade e dos inimigos da vida livre que se quer constituir. É preciso então considerar se a sociedade brasileira dispõe de outros meios para que a igualdade se realize, ou se, nesse ponto, o remédio a ser aqui adotado permanece o mesmo que nosso autor prescreveu no século XVI, ainda que sua colocação em prática seja extremamente difícil, amedrontadora e embaraçosa. Isso, sobretudo, considerando a escalada armamentista a inflamar hoje o peito de apoiadores dos homens nada gentis que causam nossa servidão, e o tom mais de conciliação do que de ruptura, que parece animar alguns de nossos setores ditos progressistas e boa parte de seus desejados ou constituídos representantes institucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais, coordenação de Djamila Ribeiro)

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais, coordenação de Djamila Ribeiro)

ARANOVICH, P. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

BIGNOTTO, N. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MACHIAVELLI, N. *Tutte le opere*. A cura di Mario Martelli. Florença: Sansoni, 1992.

⁶ Cf. o I e II VIGISAN (Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil), disponíveis em: <https://olheparaafome.com.br>; Daniela Amorim, “Desigualdade de renda bate recorde no Brasil”, disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus>; Alexandro Martello, “Rentabilidade dos bancos se recupera em 2021 e lucro bate recorde, diz Banco Central”, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022>. Acessos em: 22 de agosto de 2022.

⁷ A bibliografia sobre o tema é extensa e bastante útil para a compreensão da sociedade brasileira. Limitamo-nos aqui a recomendar a leitura dos seguintes livros: *Racismo estrutural*, de Silvio Luiz de Almeida (2019); *Quem tem medo do feminismo negro?* de Djamila Ribeiro, especialmente a introdução “A máscara do silêncio” (RIBEIRO, 2018, p. 7-28); e *Interseccionalidade*, de Carla Akotirene (2019).

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Trad. Maria Júlia Goldwasser, revisão de Roberto Leal Ferreira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Glossário e revisão técnica de Patrícia Fontoura Aranovich; trad. MF; ed. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Discurso sobre as formas de governo de Florença. Introdução, trad. e notas de Gabriel Pancera. In: ADVERSE, H (org.). *Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 45-97.

POCOCK, J. *El momento maquiavélico*. Trad. Marta Vázquez-Pimentel e Eloy García. Madri: Tecnos, 2008.

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, R. Desigualdade e corrupção no republicanismo de Maquiavel. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 63, n. 3, p. 1-37, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/dados.2020.63.3.216>.